

Reunião Ordinária do CNDM

Local: Conselho Federal da OAB – Setor de Autarquias Sul, quadra 5, bloco N
Data: 3 e 4/12/2008

3/12

9:00h-abertura

Mulheres e Direitos Humanos: Discussão do documento preparado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres como subsídio conceitual à XI Conferência Nacional de Direitos Humanos

- Comentários de duas convidadas:

Mireya Suarez/Universidade de Brasília

Betânia Ávila/Art de Mulheres Brasileiras

- Debate entre as conselheiras

13 às 14:30h -intervalo para almoço

Expediente interno CNDM: aprovação ata reunião anterior, justificativas de ausência, Câmaras Técnicas (composição e funcionamento)

Eleição das 4 entidades suplentes CNDM

II Plano Nacional de Políticas para Mulheres – apresentação Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM

Observatório Nacional sobre Igualdade de Gênero - proposta de criação

18h - encerramento

4/12

9h - abertura

Informes - participação do CNDM:

Reforma política – Conselheira Raquel Guisoni

Conferência DH – Conselheira Mariana Carpanezzi

Conferência Segurança 2009 – Conselheira Dinara Arruda/OAB

Campanha CNDM/Cepia anencefalia – Conselheira Jacqueline Pitanguy

Orçamento 2009 – Câmara Técnica Orçamento e Planejamento

Planejamento CNDM 2009

16h - encerramento

1
2 Aos três e quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, na Sala de reuniões do
3 Conselho Federal da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, no Setor de Autarquias Sul,
4 quadra 5, bloco N, subsolo, reuniram-se as integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da
5 Mulher para tratar da seguinte pauta: 1) Participação do CNDM na XI Conferência nacional de
6 Direitos Humanos; 2) Proposta de criação do Observatório Nacional sobre Igualdade de Gênero;
7 3) Apresentação Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM-Plano Nacional de Políticas
8 para Mulheres; 4) Campanha anencefalia CNDM/Cepia; 5) Informes sobre a participação do
9 CNDM: Reforma política, Conferência Segurança Pública 2009; 6) Planejamento CNDM 2009;
10 7) Composição das Câmaras Técnicas. Estiveram presentes as seguintes conselheiras
11 governamentais: I) Ministra Nilcéa Freire – Secretária Especial de Políticas para as Mulheres; II)
12 Teresa Sousa – Secretária-Adjunta Secretária Especial de Políticas para as Mulheres; III) Vera
13 Lúcia Proba – Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; IV) Quenes
14 Silva Gonzaga – Secretária Geral da Presidência da República; V) Maria Cláudia Canto Cabral –
15 Ministério da Cultura; VI) Helena de Carvalho Fortes – Suplente - Ministério de Ciência e
16 Tecnologia; VII) Andréa Lorena Butto Zarzar – Ministério do Desenvolvimento Agrário;
17 VIII) Mônica Aparecida Rodrigues – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome;
18 IX) Rosiléa Maria Roldi Wille – Ministério da Educação; X) Inajara Inês Ferreira – Ministério da
19 Justiça; XI) Isabella Fagundes Braga Ferreira – Suplente – Ministério do Meio Ambiente;
20 XII) Viviane Rios Balbino - Suplente – Ministério das Relações Exteriores; XIII) Maria de Fátima
21 Kobielski – Ministério do Trabalho e Emprego. Conselheiras representantes da Sociedade Civil:
22 I) Glória Márcia Percinoto – Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica; II) Gláucia
23 de Fátima Barban Morelli – Confederação de Mulheres do Brasil; III) Maria da Conceição da
24 Silva Azevedo – Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos; IV) Jeanete Assad
25 Mazzieiro – Fórum de Mulheres do Mercosul; V) Lígia Maria Borges de Jesus – Fórum Nacional
26 de Mulheres Negras; VI) Marinalva de Santana Ribeiro – Liga Brasileira de Lésbicas;
27 VII) Cláudia Rejane de Barros Prates – Marcha Mundial de Mulheres; (VIII) Adriana Maria
28 Mezadri – Movimento de Mulheres Camponesas; IX) Vera Lúcia Ubaldino Machado – Rede
29 Economia e Feminismo; X) Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos – Rede Nacional Feminista de
30 Saúde; XI) Lúcia Helena Rincon Afonso – União Brasileira de Mulheres; XII) Arlete Carminatti
31 Zago – Suplente - Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do
32 Brasil; (XIII) Carmen Helena Ferreira Foro – Confederação Nacional dos Trabalhadores na
33 Agricultura; XIV) Raquel Felau Guisoni – Confederação Nacional dos Trabalhadores em
34 Educação; XV) Rosane Bertotti – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar;
35 XVI) Dinara de Arruda Oliveira – Ordem dos Advogados do Brasil; (XVII) Rita de Cássia Fraga
36 de Almeida Zambon – Suplente - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento
37 de Ensino. Conselheiras de Notório Conhecimento: Albertina Costa; Clara Charf; Jacqueline
38 Pitanguy. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi representado por Andréa Costa
39 Magnavita. A reunião foi aberta pela Ministra Nilcéa Freire, presidenta do CNDM, que, após
40 agradecer a presença de todas apresentou a pauta e esclareceu que a primeira parte da reunião
41 seria dedicada ao debate Mulheres e Direitos Humanos, com o objetivo de elaborar um
42 documento conjunto da Secretária Especial de Políticas para Mulheres e do Conselho Nacional
43 dos Direitos da Mulher para ser apresentado na **XI Conferência Nacional de Direitos**
44 **Humanos**, marcada para o período de quinze a dezoito de dezembro, em Brasília. Como
45 referência para o debate, por solicitação sua foi elaborado um texto pela professora Lourdes
46 Bandeira, Subsecretária de Planejamento da SPM, a ser debatido por duas convidadas indicadas
47 previamente pelo CNDM e pela SPM: professoras Mireya Suarez, da Universidade de Brasília, e
48 Betânia Ávila, da Articulação de Mulheres Brasileiras, além das convidadas indicadas pelas

49 entidades participantes do CNDM. Enquanto aguardavam a chegada das debatedoras, as
50 conselheiras assistiram à exibição das peças da campanha voltada para o enfrentamento à
51 violência contra as mulheres do campo e da floresta, produzida pela SPM. A Ministra Nilcéa
52 informou que, a partir de reivindicação da Marcha das Margaridas, foi criado o Fórum das
53 Mulheres do Campo e da Floresta, tendo como desdobramento a campanha com seus diversos
54 produtos, num processo de mobilização dentro da lógica de comunicação e educação prevista
55 para dois anos, desde este primeiro momento voltado a dar visibilidade às mulheres do campo e
56 da floresta. Em seguida, a Ministra passou a palavra para a Subsecretária Lourdes Bandeira,
57 solicitando que apresentasse as debatedoras e dirigisse a mesa. A professora Lourdes Bandeira
58 cumprimentou as presentes e apresentou a professora Mireya Suarez, doutora em antropologia,
59 pesquisadora da Universidade de Brasília, com atuação no feminismo brasileiro e internacional,
60 e a professora Betânia Ávila, socióloga e coordenadora do SOS Corpo, instituição com
61 importante trabalho no movimento feminista no Brasil. A professora Lourdes Bandeira fez uma
62 breve apresentação do tema, passando a palavra para as debatedoras. Houve em seguida um
63 debate, com a participação das Conselheiras, tanto representantes da sociedade civil quanto
64 governamentais, dentre as quais delegadas por seus ministérios na Conferência. As contribuições
65 das conselheiras e das convidadas foram posteriormente incorporadas ao texto final, anexo a esta
66 ata, amplamente distribuído na Conferência Nacional de Direitos Humanos. Após intervalo para
67 o almoço, a reunião foi retomada, conduzida pela Secretária-Adjunta da SPM, Teresa Sousa, que
68 submeteu às conselheiras a ata da reunião anterior, aprovada por todas, e passou a palavra para a
69 Secretária do CNDM, Susana Cabral, para apresentar as justificativas de ausência: as
70 conselheiras Rosane Silva/CUT, Carmen Foro/Contag e Rosane Bertotti/Fetraf, por estarem
71 participando naquele momento da V Marcha da Classe Trabalhadora, ressaltando que as
72 referidas Conselheiras eram esperadas para a segunda parte da reunião, o que veio a ocorrer;
73 Estela Aquino/Abrasco, por problemas de saúde; Nelita Frank/AMB, por problemas pessoais;
74 Rosimere Teles/Coiab e Ângela Nascimento/AMNB por agenda da entidade; Lena
75 Peres/Ministério da Saúde, por agenda do Ministério; Graça Costa/MAMA por problemas na
76 emissão da passagem aérea e Mariana Carpanezzi/Secretaria de Direitos Humanos por problema
77 de saúde. Em seguida foi passada a palavra para a Conselheira Albertina Costa/Notório
78 Conhecimento, para o informe relativo à **eleição para o preenchimento de quatro vagas para**
79 **entidades suplentes do CNDM** na categoria Redes e Articulações feministas. A conselheira
80 informou que da Comissão de Validação das Candidaturas também faziam parte as conselheiras
81 Conceição Azevedo/Fenatrad e Mariana Carpanezzi/Sedh, e a secretária do CNDM, Susana
82 Cabral, e que foram recebidas e analisadas candidaturas de seis entidades, que não preencheram
83 os requisitos estabelecidos no edital para esta categoria (Central de Movimentos Populares,
84 Confederação Nacional das Associações de Moradores, BPW Cuiabá e Redor/Rede Feminista de
85 Estudos em relações de gênero do Norte e Nordeste) ou não apresentaram toda a documentação
86 exigida (Articulação Brasileira de Jovens Feministas e Conami - Conselho Nacional de Mulheres
87 Indígenas). Uma vez que deveriam ser observados os mesmos critérios adotados na eleição
88 anterior, as quatro vagas de suplentes continuam sem ser preenchidas, até a próxima eleição.
89 Terminado o informe, a Secretária-Adjunta Teresa Sousa passou a palavra para Fábria
90 Oliveira/Assessora Técnica da SPM, para apresentação do ponto relativo ao **II Plano Nacional**
91 **de Políticas para Mulheres** e o trabalho do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM.
92 O informe foi complementado pela Subsecretária de Planejamento Lourdes Bandeira, com
93 observações da Ministra Nilcéa Freire e das Conselheiras representantes do CNDM no Comitê
94 presentes na reunião, Rosa de Lourdes/Rede Feminista de Saúde e Lucia Rincon/União
95 Brasileira de Mulheres. Em seguida, a Ministra Nilcéa introduziu o tema da criação do
96 **Observatório Nacional da Igualdade de Gênero**, a ser lançado por ocasião das comemorações
97 do Dia Internacional de Mulher, em 8 de março próximo, com o tema de Mais Mulheres no

98 Poder, destacando que o Observatório será um importante instrumento de trabalho para todas, da
99 sociedade civil e do governo. A Subsecretária Lourdes Bandeira apresentou os objetivos do
100 Observatório: monitoramento e análise da implementação das políticas públicas voltadas à
101 redução das assimetrias de gênero; construção e monitoramento de indicadores de gênero;
102 monitoramento de mídia sobre os temas mulheres e gênero; acompanhamento da participação do
103 Brasil em instâncias internacionais de promoção dos direitos das mulheres e da igualdade de
104 gênero; e estabelecimento de diálogo e intercâmbio com o Observatório de Gênero da América
105 Latina e do Caribe desenvolvido pela CEPAL. Em sua estrutura de funcionamento está previsto
106 um Comitê Deliberativo constituído por representantes da SPM e do CNDM, com a tarefa de
107 aprovar o plano de trabalho, a estrutura do observatório, as publicações e os eventos. A proposta
108 foi elogiada e aprovada pelas conselheiras, com indicação dos nomes das conselheiras Albertina
109 Costa/Notório Conhecimento para o Comitê Deliberativo e Ligia Jesus/Fórum Nacional de
110 Mulheres Negras para o GT de Políticas Públicas do referido Observatório. Terminado este
111 ponto, foi passada a palavra para a Conselheira Jacqueline Pitanguy, para o detalhamento da
112 proposta aprovada na reunião anterior de elaboração de **peça publicitária do CNDM/Cepia a**
113 **respeito da interrupção da gravidez em casos de fetos anencéfalos**, a ser veiculada em
114 outdoors, cartazes e principais jornais quando da votação no Supremo Tribunal Federal da ação
115 sobre anencefalia. O debate entre as conselheiras foi interrompido devido ao adiantado da hora,
116 sendo retomado na manhã do dia seguinte, 4 de dezembro, segundo dia da reunião do CNDM. A
117 reunião foi aberta pela Secretária-Adjunta Teresa Sousa, uma vez que a Ministra Nilcéa Freire
118 naquele momento acompanhava o Presidente Lula em evento, conforme havia informado na
119 véspera. Dando continuidade ao ponto interrompido no dia anterior, a respeito da campanha
120 anencefalia CNDM/Cepia ficou decidido que a Comissão tirada na reunião de 10/julho/2008
121 para campanha CNDM sobre aborto mais representante SPM iria reunir-se com integrantes da
122 Cepia ainda em dezembro para discutir detalhes da campanha e buscar adesão de outras
123 entidades (comissão campanha CNDM: Nelita Frank/Articulação de Mulheres Brasileiras, Rosa
124 de Lourdes/Rede Feminista de Saúde, Claudia Prates/Marcha Mundial de Mulheres e Lena
125 Peres/Ministério da Saúde). Foi ainda aprovada a frase/legenda da foto que constará da peça
126 publicitária: “Feto anencéfalo: pelo direito das mulheres de decidirem pela interrupção da
127 gravidez”. Em seguida, a conselheira Vera Lúcia Ubaldino Machado/Rede Economia e
128 Feminismo pediu a palavra para propor que o CNDM se posicionasse a respeito da **nomeação de**
129 **um homem para titular da recém-criada Secretaria de Mulheres da cidade de São Paulo**.
130 As conselheiras aprovaram a seguinte moção, posteriormente encaminhada ao gabinete do sr
131 Prefeito daquela cidade: *“As mulheres brasileiras, e em especial as mulheres de São Paulo,*
132 *percorreram longo caminho para conquistarem direitos como, por exemplo, a criação de órgãos*
133 *governamentais cuja atribuição é executar políticas públicas para a promoção da igualdade de*
134 *gênero. / Nesse sentido, ressalta-se a importância da criação de uma Secretaria da Mulher da*
135 *cidade de São Paulo. Essa Secretaria, entretanto, não pode ser um órgão público que ande na*
136 *contramão de bandeiras importantes do movimento de mulheres, como por exemplo, a*
137 *ampliação dos espaços de poder e o protagonismo da mulher./Por isso é imperioso que os*
138 *espaços institucionais de políticas para as mulheres sejam dirigidos por mulheres*
139 *reconhecidamente qualificadas na luta pelos direitos das mulheres e preferencialmente*
140 *legitimadas pelo movimento organizado de mulheres. Esperamos que o senhor Prefeito reveja*
141 *esta nomeação, nomeando uma mulher qualificada, que contribua para o avanço das conquistas*
142 *das mulheres na construção de uma sociedade justa e igualitária. Mais mulheres no*
143 *poder! Mulheres como sujeitas de sua história política! Brasília, 4 de dezembro de 2008/Plenário*
144 *do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher”*. Após um breve intervalo para almoço, a reunião
145 foi retomada com os temas relativos à **organização interna do CNDM**: aprovação da “arte”
146 para uma carteira de identificação das Conselheiras, informes sobre representação do CNDM em

147 Foruns, planejamento para 2009 e composição das Câmaras Técnicas. A palavra foi passada para
148 a Conselheira Dinara Arruda/Ordem dos Advogados do Brasil, para o informe a respeito da a I
149 **Conferência Nacional de Segurança Pública em 2009**, uma vez que representa o CNDM no
150 Fórum Preparatório do evento. Ainda no período de informes, a Conselheira Raquel
151 Guisoni/Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação apresentou o andamento dos
152 debates da **Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular**, onde
153 representa o CNDM. Em seguida as conselheiras presentes foram instadas a completar a
154 composição das Câmaras Técnicas, que conforme o Regimento Interno do CNDM devem
155 guardar, para efeitos de sua composição, a mesma proporcionalidade entre representantes
156 da Sociedade Civil e governamentais existentes no Pleno do CNDM, sendo suas presidentas
157 aprovadas pelo Pleno. A composição das quatro Câmaras Técnicas Permanentes e suas
158 presidentas ficou desta forma: **I)Legislação e Normas:**Raquel Guisoni/CNTE– presidenta;Arlete
159 Zago/BPW;Marinalva Santana/LBL;Gloria Percinoto/ABMCJ ;Maria Claudia Cabral/Min
160 Cultura;Mariana Carpanezzi/SEDH;**II)Assuntos Internacionais:**Viviane Balbino/Min Relações
161 Exteriores – presidente interina;Quenes
162 Gonzaga/SecretariaGeral;ClaraCharf/NotórioConhecimento;ClaudiaPrates/MMM;GraçaCosta/M
163 AMA;JeaneteMazzieiro/FórumMMercosul; Gláucia Morelli/CMB; **III)Monitoramento do**
164 **Plano Nacional de Políticas para Mulheres:**Lucia Rincon/UBM–presidenta;Rosilea
165 Wille/MEC;Mônica Rodrigues/MDS;Regina Viola/MS;Ângela Nascimento/AMNB;Rosa de
166 Lourdes/Rede Fem de Saúde;Vera Ubaldino/Rede Economia e Feminismo;**IV)Orçamento e**
167 **Planejamento:**Vera Proba/SEPPPIR – presidenta interina;Daniele Cronemberger/Min
168 Planejamento;InajaraFerreira/MinJustiça;LigiaBorges/FórumNacionaldeMulheresNegras;Dinara
169 Oliveira/OAB;Conceição Azevedo/Fenatrad; Nelita Frank/AMB. A respeito do **planejamento**
170 **do CNDM para 2009**, ficou decidido que o Conselho fará suas quatro reuniões ordinárias
171 previstas para o ano nos meses de março, junho, setembro e dezembro, sendo destacada a
172 importância do trabalho a ser desenvolvido pelas **Câmaras Técnicas do CNDM**, dando vida ao
173 Conselho entre as reuniões. As Conselheiras aprovaram a proposta da carteira de identificação
174 apresentada, ficando de enviar a foto para sua confecção até a próxima reunião. Tendo sido
175 cumprida a pauta, a Secretária-Adjunta Teresa Sousa agradeceu a presença de todas e deu por
176 encerrada a reunião.

177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195

196 Anexo: Texto aprovado pelo CNDM para a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos

197

198

As Mulheres e os Direitos Humanos

199 Nesta 11ª Conferência dos Direitos Humanos em que nos reunimos – representantes
200 governamentais e ativistas da sociedade civil pelos direitos humanos, com propostas plurais
201 para participar na discussão e revisão da Política Nacional de Direitos Humanos no Brasil –
202 nós, mulheres brasileiras, viemos manifestar nossa profunda preocupação com o persistente
203 olhar de neutralidade em relação à perspectiva de gênero na agenda política de direitos
204 humanos.

205 Ao longo da história, embora tenhamos sido protagonistas na luta pelos direitos humanos,
206 nosso papel no combate à ditadura, no processo de redemocratização, assim como nossa
207 contribuição para a sociedade nacional tem sido pouco reconhecido e, na maioria das vezes,
208 invisibilizado.

209 A participação das mulheres tem sido fundamental na construção da democracia brasileira, na
210 legitimação dos princípios universais e indivisíveis dos direitos humanos e na busca por
211 reconhecimento de direitos baseados em demandas recortadas por diferenças de sexo,
212 raça/etnia, orientação sexual, classe e geração.

213 O silêncio sobre nossas lutas e contribuições políticas vem de longa data. Desde o século
214 XVIII, temos atuado com afinco a fim de firmar nossos direitos e inventar nossa própria
215 cidadania. Desta forma, protagonizamos a história das conquistas por Direitos Humanos.

216 Ícones desta luta, por exemplo, foram esquecidas. Abigail Adams e Olympe de Gouges devem
217 ser resgatadas como pioneiras da luta pelos direitos das mulheres. A primeira questionou o
218 motivo pelo qual a carta de direitos estadunidense (Declaração de Independência, 1766) não
219 contemplou as mulheres. Olympe, em 1791, desafiou a Revolução Francesa ao opor sua
220 “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” à “Declaração dos Direitos do Homem e do
221 Cidadão”. Custou-lhe a “cabeça”. Legou à humanidade o princípio de que direitos humanos
222 somente são válidos quando contemplam os direitos das mulheres.

223 A insurgência das pioneiras caiu em solo fértil no continente americano. No Brasil, na virada
224 do século XIX para o século XX destacou-se Bertha Lutz, liderança do movimento sufragista.
225 Também lembramos as milhares de mulheres negras anônimas que lutaram, ao longo do
226 século XIX, nos movimentos de resistência contra a abominável escravidão humana.

227 Desde então e fortalecida a partir da década dos 70 do século XX, as lutas pelo direito a ter
228 direitos se multiplicaram nas Américas: sob a liderança de mulheres, a emenda constitucional
229 para garantir a igualdade de direitos entre homens e mulheres chegou ao Congresso dos EUA
230 enquanto no Brasil, na Argentina e posteriormente no Chile milhares batalhavam, em plena
231 ditadura, pela retomada da democracia e o reconhecimento de direitos. No bojo dessas lutas
232 os movimentos feministas consolidaram-se nas Américas.

233 Os direitos humanos das mulheres não foram concedidos, mas conquistados em espaços de
234 negociação demarcados pela tensão entre o nosso direito a ter direitos e a idéia de que o
235 direito deve ser neutro perante as diferenças de gênero.

236 A luta das mulheres contribuiu para a instauração de uma nova sensibilidade institucional e
237 política, a qual, por sua vez, permitiu a criação de instrumentos internacionais e mecanismos

238 institucionais destinados a garantir seus direitos humanos. *A Declaração Universal de Direitos*
239 *Humanos*, proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1948, constituiu o
240 primeiro reconhecimento explícito da condição de igualdade entre homens e mulheres. A
241 ampla agenda desenvolvida pela ONU desde 1979 a fim de inibir as discriminações e
242 violências contra as mulheres e firmar seus direitos teve importante impacto no âmbito das
243 nações.

244 No Brasil, a década de 80 foi marcada pela interação entre os governos democráticos, o
245 movimento feminista e os diversos movimentos de mulheres. Implantou-se o Programa de
246 Atenção Integral à Saúde da Mulher que contemplava o planejamento familiar, a sexualidade
247 e o aborto em casos de estupro e risco de vida e foram criadas as delegacias especializadas
248 no atendimento às mulheres, como também o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

249 A década de 90 foi marcada pela profissionalização do movimento por meio da criação de
250 numerosas ONGs e pela multiplicação de organizações de mulheres que, no âmbito dos
251 sindicatos, dos partidos políticos e das comunidades, abordaram questões relacionadas aos
252 direitos, levando em consideração a condição específica de classe, raça/etnia e orientação
253 sexual.

254 Entretanto, apesar do reconhecimento obtido e dos mecanismos institucionais criados, a
255 perspectiva sobre a importância do protagonismo das mulheres na luta por cidadania e a
256 especificidade dos direitos humanos das mulheres continua sendo um desafio. A perspectiva
257 abstrata e universalista dos direitos humanos tende a neutralizar as diferenças e, portanto, a
258 dificultar a formulação e implementação de políticas capazes de garantir todos os direitos a
259 todas as mulheres em todo o país.

260 Com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ocorrida no primeiro
261 mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil deu um grande passo para
262 contrabalançar essa dificuldade. Ciente de que não há como se falar em direitos humanos
263 sem contemplar os direitos das mulheres, essa Secretaria convocou e realizou duas
264 Conferências Nacionais que resultaram no lançamento do Plano Nacional de Políticas para
265 Mulheres (PNPM), cuja segunda edição foi publicada em 2008. Este II Plano é composto por
266 11 eixos que orientam a atuação e o estabelecimento de metas quantificáveis. O PNPM é
267 executado por cerca de 20 Ministérios e Secretarias Especiais, reforçando, assim, o princípio
268 da gestão transversal e interinstitucional. Dentre os resultados alcançados pela Secretaria
269 destacam-se:

- 270 I) Implementação da Rede de Atendimento à Mulher: atualmente composta de 415
271 Delegacias de Mulheres, 121 Centros de Referência, 66 Casas-Abrigo, 15
272 Defensorias Públicas e 61 Juizados Especializados ou Varas Criminais Adaptadas
273 de Violência contra a Mulher;
- 274 II) Criação e fortalecimento de coordenadorias e secretarias governamentais de
275 políticas para as mulheres: com o objetivo de fortalecer a implementação dos
276 Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres, existem hoje, no país,
277 em 19 estados e 191 municípios;
- 278 III) Criação e fortalecimento dos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da
279 Mulher: reconhecendo a importância da interação entre Estado e sociedade civil,
280 existem hoje, no país, 212 Conselhos Municipais e 25 Conselhos Estaduais;

- 281 IV) Elaboração e institucionalização da Lei Maria da Penha (No. 11340/06) que objetiva
282 conferir cumprimento às obrigações contraídas pelo Brasil quando da ratificação da
283 Convenção de Belém do Pará (1994) e define a natureza desse crime; prevê a
284 obrigação de o Estado atuar preventivamente em relação à violência contra a
285 mulher reconhecendo as distintas vulnerabilidades existentes; facilita o acesso das
286 vítimas à justiça e às necessárias medidas protetivas de urgência e estabelece
287 iniciativas inéditas para enfrentamento da violência.
- 288 V) Lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as
289 Mulheres, composto por quatro eixos: Consolidação da Política Nacional de
290 Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Implementação da Lei Maria da
291 Penha; Promoção os Direitos Sexuais e Reprodutivos e enfrentamento à
292 Feminização da Aids; Combate à Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres;
293 Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres em Situação de Prisão.
- 294 VI) Lançamento da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que atende
295 anualmente mais de 200 mil mulheres de todo país, 24 horas por dia, todos os dias
296 da semana, inclusive domingos e feriados;
- 297 VII) Implementação de programas na área de trabalho para geração de emprego e
298 renda e combate às discriminações;
- 299 VIII) Implementação do Pacto pela Redução da Mortalidade Materna;
- 300 IX) Implementação de programas na área de educação destinados à combater a
301 discriminação e os estereótipos de gênero, raça/etnia e orientação sexual e ampliar
302 a produção de conhecimento nessa área (realização de prêmios e apoio a núcleos
303 de pesquisa nas universidades).

304

305 As estratégias da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres partem do entendimento
306 de que garantir os direitos a todas as mulheres no país passa, necessariamente, pelo
307 reconhecimento e a valorização da diversidade. Isto significa assumir politicamente que as
308 mulheres são diferenciadas, que seu acesso aos direitos econômicos, políticos, sociais e
309 culturais é extremamente desigual e que a exclusão desses direitos é experimentada e
310 enfrentada diferentemente por homens e mulheres.

311 Ainda que os princípios da universalidade, indivisibilidade, interdependência, igualdade e não
312 discriminação, postulados em Viena em 1993, não tenham garantido a inclusão plena das
313 mulheres, muitos avanços foram estabelecidos, conquistados e reconhecidos. A
314 institucionalização desta política no Brasil é prova do compromisso do governo com esta
315 agenda que precisa ser cada vez mais consolidada e ampliada.

316 Assim sendo, conclamamos as delegadas e delegados para fazerem desta 11ª Conferência
317 Nacional de Direitos Humanos uma oportunidade de caminharmos neste sentido.

318

319 **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres –**
320 **SPM/PR**

321 **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM**

322

322

Instrumentos Internacionais de Defesa dos Direitos das Mulheres

323

324

1979 - 2001

Data de aprovação	Instrumentos internacionais relativos às mulheres	Destaques	Data de Ratificação ou Adesão pelo Brasil
1979	Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres – CEDAW (ONU)	Primeiro instrumento internacional de direitos humanos especificamente voltado para as demandas das mulheres. Essa convenção define o que se constitui discriminação contra a mulher e estabelece uma ampla agenda de ações a fim de acabar com a discriminação.	1984 (com reservas) 1994 (sem reservas)
1993	Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Conferência de Viena) (ONU)	Define que os direitos humanos das mulheres e meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais. Reforça que os direitos humanos das mulheres devem fazer parte das preocupações das Nações Unidas.	1993
1994	Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção Belém do Pará) (OEA)	Estabelece que a violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais das mulheres. Apresenta a definição da violência contra a mulher como uma violência física, psicológica ou sexual, baseada no gênero, que ocorra tanto na esfera pública, como na privada.	1995
1994	Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (Cairo) (ONU)	Tornou a questão dos direitos reprodutivos das mulheres um parâmetro para os debates e resoluções na área de políticas populacionais.	1994
1995	Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing) (ONU)	Chamou atenção para a feminização da pobreza, a violência contra as mulheres e sua exclusão das esferas de poder. Reforçou a necessidade de institucionalização da política de promoção da equidade entre homens e mulheres ao adotar a premissa de que todas as políticas e programas nacionais reflitam uma perspectiva de gênero.	1995
1999	Protocolo Facultativo CEDAW (ONU)	Foi destacada a importância da criação de um sistema mais eficiente de acompanhamento do cumprimento da CEDAW, mediante a elaboração de um Protocolo Facultativo. Este garante às mulheres o acesso à justiça internacional, de forma mais direta e eficaz, nos momentos em que o sistema nacional se mostrar falho ou omissivo na proteção de seus direitos humanos.	2001
2001	Declaração e Programa de Ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (ONU)	Afirma que o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata revelam-se de maneira diferenciada para mulheres e meninas, e podem estar entre os fatores que levam a uma deterioração de sua condição de vida, à pobreza, à violência, às múltiplas formas de discriminação e à limitação ou negação de seus direitos humanos. Dispõe que os Estados devem adotar uma perspectiva de gênero que reconheça as múltiplas formas de discriminação que podem afetar as mulheres.	2001

325

326